



A FARMACEUTICALIZAÇÃO E O USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS: UM DIÁLOGO ENTRE A ENFERMAGEM E A SAÚDE COLETIVA NA ATENÇÃO BÁSICA

Wendel Johnson da Silva¹, Hosana Maria Araújo Rêgo², Fernanda Cathusca Morelli Silva³,
Alex Oliveira Rodrigues⁴, Samara Atanielly Rocha⁵, Marcela Melo do Nascimento⁶.

ARTIGO DE REVISÃO

RESUMO

O artigo estuda as relações entre o uso indiscriminado de medicamentos que propõe o exponencial crescimento de sua utilização no cenário mundial contrastando com o princípio do Uso Racional de Medicamentos (URM) proposto pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e implementado no Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro através da Política Nacional de Medicamentos (PNM). Assim, o papel da Enfermagem e a Saúde Coletiva no âmbito da Atenção Primária são peremptórios na valoração e no entendimento da importância da responsabilidade com relação aos medicamentos.

Palavras-chave: Saúde. Farmaceuticalização. Racional.



PHARMACEUTICALIZATION AND THE RATIONAL USE OF MEDICINES: A DIALOGUE BETWEEN NURSING AND COLLECTIVE HEALTH IN PRIMARY CARE

ABSTRACT

The article stretches the relationships between the indiscriminate use of medicines that proposes the exponential growth of their use on the world stage, contrasting with the principle of Rational Use of Medicines (URM) proposed by the World Health Organization (WHO) and implemented in the Unified Health System (SUS) through the National Medicines Policy (PNM). Thus, the role of Nursing and Public Health within the scope of Primary Care are peremptory in valuing and understanding the importance of responsibility in relation to medicines.

Keywords: Health. Pharmaceuticalization. Rational.

Instituição afiliada - ¹ Universidade Federal de Pernambuco (UFPE),

² Universidade Federal do Piauí (UFPI), ³ Universidade Estadual de Maringá (UEM),

⁴ Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP),

⁵ Faculdade de Saúde e Humanidades Ibituruna (FASI),

⁶ Universidade Tiradentes (UNIT).

Dados da publicação: Artigo recebido em 07 de Novembro e publicado em 17 de Dezembro de 2023.

DOI: <https://doi.org/10.36557/2674-8169.2023v5n5p5733-5742>

Autor correspondente: Wendel Johnson da Silva wendelbber@gmail.com



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



INTRODUÇÃO

A discussão sobre medicamentos tende, em geral, a suscitar desde curiosidades até mesmo trazer à luz a pouca informação que atende o usuário no que diz respeito àqueles medicamentos que, por exemplo, são tidos em senso comum por naturais, e inofensivos, no mais das vezes, como as plantas medicinais e os fitoterápicos. Nesse sentido, pode-se dizer que atualmente são perceptíveis dois pontos díspares neste debate, que estão em lados antagônicos, mas passíveis de diálogo para resolução das consequências e desafios que se formam a partir do crescimento da pharmaceuticalização, em contraposição ao Uso Racional de Medicamentos (URM), que convivem concomitantemente de um ou de outro lado, a saber, a farmaceutização entrelaçada à cultura o URM proposto pela Organização Mundial da Saúde (OMS) (Esher; Coutinho, 2017). Destarte, o artigo abordará, outrossim, as políticas públicas que versam sobre os medicamentos e, além disso, os textos que dispõem sobre a terapêutica proposta através das plantas medicinais e fitoterápicos. Desse modo, segundo Silva, Machado e Barros (2021), a Assistência Farmacêutica (AF), desempenha função indispensável no que diz respeito ao processo de cuidado e atenção às demandas dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) (Fernandes *et al*, 2023).

Demais disso, no Brasil, embora a preocupação com a qualificação e o acesso aos medicamentos esteja no escopo da discussão do setor saúde do país mesmo antes da instituição do SUS como política estatal, com a criação da Central de Medicamentos (CEME), em 1971, posteriormente à sua desativação, em 1997, o Ministério da Saúde instituiu, então, a Política Nacional de Medicamentos (PNM), de modo a tornar factível tal acessibilidade e qualidade mencionadas Silva; Machado; Barros, 2021). Decerto, "o processo indutor do uso irracional e desnecessário de medicamentos e o estímulo à automedicação, presentes na sociedade brasileira, são fatores que promovem um aumento na demanda por medicamentos, requerendo, necessariamente, a promoção do seu uso racional" (Brasil, 2001, p.11).

De um lado, para Esher e Coutinho (2017), convém destacar que o uso excessivo de medicamentos configura-se uma problemática premente no setor de saúde mundial. Sendo, por isso, indubitavelmente uma barreira para seu uso racional e responsável, que



condiz com a finalidade factível da medicação (Siqueira; Martins, 2018).

Assim, este estudo pretende analisar a disparidade entre a pharmaceuticalização e o uso racional de medicamentos, buscando caracterizar os principais atores da discussão e tornar perceptível a importância do uso adequada da medicação que corresponde à demanda do paciente à luz da ótica da Enfermagem e da Saúde Coletiva (Ruiz, 2022; Fernandes *et al*, 2023).

METODOLOGIA

O presente estudo observacional caracteriza-se por ter abordagem qualitativa, tendo por embasamento dados secundários, objetiva pesquisar os desafios impostos pela pharmaceuticalização em contraposição ao Uso Racional de Medicamentos (URM), recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Para isso foram pesquisados textos de artigos científicos em inglês, espanhol e português, através de seus resumos e palavras-chave, em bases de dados devidamente indexadas, quais sejam, SciELO e a PubMed.

Nesse sentido, foram coletadas publicações dos últimos quinze anos, isto é, entre 2008 e 2023 que, por sua vez, estivessem relacionados ao objetivo proposto, descartando, por conseguinte, textos que não correspondem à temática debatida. Destarte, após a coleta de 30 pesquisas, e ulterior comparação através do operador booleano *AND*, foram escolhidos 18 artigos científicos que compõem o embasamento teórico para tal estudo os quais apresentaram arcabouço suficiente para enriquecer o contraste dialógico aqui proposto e fomentar a problematização que o texto propõe analisar.

RESULTADOS

De acordo de Carrasco (2020), a despeito das discussões sobre a interpretação de termos como "apropriado" ou "racional" tem-se bem estabelecido o fato de que os medicamentos desempenham papel peremptório no processo terapêutico. Assim, pode-se coligar que o URM significa que os pacientes devem receber os medicamentos apropriados às demandas que lhes insurgem, em dose satisfatória à sua particularidade,



e em período e por um custo adequado a si (Rocha *et al*, 2023; Aquino, 2008). Por sua vez, "a automedicação é um procedimento caracterizado fundamentalmente pela iniciativa de um doente, ou de seu responsável, em obter ou produzir e utilizar um produto que acredita que lhe trará benefícios no tratamento de doenças ou alívio de sintomas" (Ruiz, 2022, p.28).

Convém salientar, além disso, a importância da precaução no que se refere aos efeitos adversos dos medicamentos. Particularmente, as plantas medicinais e fitoterápicos passam no mais das vezes incólumes, para muitos usuários do setor de saúde, da possibilidade de vir a causar interação entre fármacos díspares simplesmente por serem "naturais" (Pedroso; Andrade; Pires, 2021). Entrementes, urge salientar a importância da educação em saúde quanto à escolha da medicação, inclusive aquela entendida como proveniente da natureza, uma vez que, embora seu uso esteja intrinsecamente relacionado à cultura popular, também se exige os testes respectivamente necessárias e adequados para sua utilização com relação às enfermidades (Santos *et al*, 2016), como dispõe o Ministério da Saúde na Política Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos (Brasil, 2006). Em suma, conforme Pedroso, Andrade e Pires (2021, p.8), "os efeitos adversos são variados e a forma de reconhecimento deve ser alertada ao usuário, quando possível".

Nesse ínterim, a pharmaceuticalização apresenta-se como questão premente do ponto de vista da saúde mundial, mas sobretudo nacional (Ruiz, 2022). Enraizada, outrossim, na cultura, alojada ao crescimento da automedicação e formando um quadro demasiadamente danoso à saúde, o exponencial comportamento da utilização de medicamentos que não são necessariamente próprios para a demanda do usuário, mostra-se de forma inexorável no contexto farmacêutico hodierno (Esher; Coutinho, 2017). Daí dizer-se que está-se falando de "farmaceuticalização", isto é, de um crescimento da utilização de modo precoce, irresponsável e sem precedentes com relação a medicamentos, o que impede, conseqüentemente, a promoção do uso racional, responsável e apropriado (Carrasco, 2020; Monteiro; Souza, 2023).

No entanto, o URM mostra-se essencialmente antítese de uma cultura de medicamentização da saúde visto que, por sua vez, à medida que a saúde vem sendo relegada a tratamentos pouco factíveis do ponto de vista hígido em geral e farmacêutico



em particular, por outro lado pode-se recordar da utilização racional dos medicamentos conforme propõe a OMS à luz das implicações relativas ao quadro hígido brasileiro. Assim, fomentar o uso racional, equilibrado e responsável tem sido uma forma de desconstruir tal cultura que tende a trazer malefícios à saúde, como a recorrência de efeitos adversos, enquanto direito social e universal (Ruiz, 2022; Monteiro; Souza, 2023). Desse modo, a literatura propõe o uso indiscriminado da medicação, no mais das vezes à margem da consulta médica, como fator primordial da manutenção da cultura de pharmaceuticalização da saúde (Siqueira; Martins, 2018).

De um lado, a Saúde Coletiva intenta trazer à discussão a percepção holística da questão sanitária evidenciada por esta crescente da utilização de medicamentos sem recomendação médica, por exemplo. Nesse ínterim, convém destacar que urge ao profissional sanitário a proposta de resoluções factíveis, através da aplicação do uso racional por meio da Política Nacional de Medicamentos (PNM), no setor de saúde no qual está inserido de modo particular (Silva, 2014; Silva; Machado; Barros, 2021). Assim, faz-se mister admitir que abordagens puramente tecnicistas na prestação de serviços e atenção à saúde não coadunam com a promoção do uso racional em contraposição à exponencial pharmaceuticalização como proposta de qualidade de vida. Em suma, de acordo com Silva (2015), depreende-se que a partir da proposta de uma filosofia do medicamento que possibilita coligir que seu uso e administração não podem ser entendidos de forma isolada, mas sim enquanto parte da vida humana – o que prescinde da percepção reducionista de vê-lo inexoravelmente pertencente ao núcleo da prestação de mais um serviço –, promove-se então a mudança de paradigma em face ao concomitante relativismo da autonomia do indivíduo sobre os medicamentos e suas alternativas holísticas (Carrasco, 2020).

Por outro lado, a ciência da Enfermagem, mormente a partir da prática prescritiva do enfermeiro fornece a integralidade da assistência à saúde na Atenção Primária à Saúde (APS). Assim, tal prática se apresenta como imprescindível oportunidade para o fomento do uso racional de medicamentos no país, uma vez que a atenção básica mostra-se como porta de entrada para o SUS (Nascimento *et al*, 2018; Mota *et al*, 2020). Destarte, segundo Franco e colaboradores (2010), a prescrição de medicamentos e a conscientização sobre sua utilização possui função peremptória na assistência à saúde dos usuários e, portanto, urge admitir seu decisivo papel na



desconstrução do modelo vigente uma vez que os profissionais de saúde protagonizam indubitavelmente a realidade multifária do usuário no que se refere à proporcionar o acesso adequado e responsável às resoluções das necessidades de saúde (Júnior; Santos, 2021; Fernandes; Bezerra; Temer; Abreu, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A percepção sobre a importância da racionalidade na utilização de medicamentos mostra-se essencialmente característica do setor de saúde mundial e, particularmente, no que diz respeito ao cenário brasileiro hodierno. Nesse contexto, faz-se necessário a implementação de políticas decorrentes da demanda premente pelo uso racional uma vez que à luz da cultura está-se formando um quadro devastador à saúde como direito social através da amálgama da automedicação e da pharmaceuticalização de medicamentos.

Nesse contexto, a promoção do URM mostra-se como fator imprescindível na promoção de qualidade de vida dos usuários do sistema de saúde, em contraposição à pharmaceuticalização, sobretudo a partir da função desempenhada por profissionais de Enfermagem na Atenção Primária que podem vir a atuar em sua promoção à luz do senso crítico que permeia a formação dos sanitaristas graduados em Saúde Coletiva e que coaduna com os princípios da equidade e universalidade que embasam o âmago das Ciências da Saúde no Brasil.

Em última análise, depreende-se do exposto a necessidade do fomento da convergência entre ambos os campos a fim de propor resoluções no âmbito da Atenção Primária à Saúde para trazer a importância do URM em detrimento da engendrada automedicação e farmacêuticalização das demandas hípidas. Portanto, no quadro atual, faz-se mister compreender o papel rotundo de esclarecimento e educação em saúde, além de proporcionar autonomia ao usuário no que se refere ao cuidado propriamente dito, desempenhado por parte dos profissionais de Saúde Coletiva e de Enfermagem a partir do diálogo proposto no artigo.

REFERÊNCIAS



AQUINO, D. S. Por que o uso racional de medicamentos deve ser uma prioridade?. **Ciência & Saúde Coletiva** [online].v. 13, n. suppl [Acessado 15 Dezembro 2023], pp. 733-736, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica. **Política nacional de plantas medicinais e fitoterápicos.** – Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política nacional de medicamentos** – Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

CARRASCO, O. V. Uso racional de medicamentos y normas para las buenas prácticas de prescripción. **Rev. Méd. La Paz**, La Paz, v. 26, n. 2, p. 78-93, 2020.

ESHER, A.; COUTINHO, T. Uso racional de medicamentos, farmacêuticalização e usos do metilfenidato. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. v. 22, n. 8 [Acessado 10 Novembro 2023], pp. 2571-2580, 2017.

FERNANDES, L. T., *et al.* Consumo de medicamentos não padronizados na saúde indígena: uso racional?. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. v. 28, n. 11 [Acessado 15 Dezembro 2023], pp. 3321-3332, 2023.

FERNANDES, P. S. L. P.; BEZERRA, I. M. P.; TEMER, J. C. de C.; ABREU, L. C. de. Acesso e uso racional de medicamentos para hipertensão na atenção primária à saúde. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, [S. l.], v. 33, 2020.

FRANCO, J. N., *et al.* Percepção da equipe de enfermagem sobre fatores causais de erros na administração de medicamentos. **Revista Brasileira de Enfermagem** [online]. v. 63, n. 6 [Acessado 11 Novembro 2023], pp. 927-932, 2010.

JÚNIOR, A. S. D.; SANTOS, E. J. D. A importância da atenção farmacêutica para o uso racional de medicamentos. **Revista Multidisciplinar em Saúde**, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 81, 2021.

MONTEIRO, M. G. C.; SOUZA, J. P. B. Contribuição do farmacêutico na orientação do uso racional de medicamentos. **Revista Multidisciplinar do Sertão**, v. 5, n. 1, p. 113-120, 31, 2023.

MOTA, K. F. *et al.* Medicamentos isentos de prescrição (MIP): o farmacêutico pode prescrever, mas ele sabe o que são?. **Rev. OFIL-ILAPHAR**, Madrid, v. 30, n. 1, p. 52-55, 2020

NASCIMENTO, W. G., *et al.* Medication and test prescription by nurses: contributions to advanced practice and transformation of care. **Revista Latino-Americana de Enfermagem** [online]. v. 26 [Acessado 11 Novembro 2023], e3062, 2018.

PEDROSO, R. S.; ANDRADE, G.; PIRES, R. H. Plantas medicinais: uma abordagem sobre o uso seguro e racional. **Physis: Revista de Saúde Coletiva** [online]. v. 31, n. 02 [Acessado 10 Novembro 2023], e310218, 2021.

ROCHA, L. M. S, *et al.* Causas e consequências do progressivo aumento no consumo de metilfenidato (ritalina) no Brasil. **Brazilian Journal of Health Review**, [S. l.], v. 6, n. 3, p. 10435–10439, 2023.



RUIZ, A. C. A automedicação no Brasil e a atenção farmacêutica no uso racional de medicamentos. **Rev. Saúde Mult.** v. 11, n. 1, pp. 26-33, 2022.

SANTOS, J. A. A., et al. Diagnóstico e educação em saúde no uso de plantas medicinais: relato de experiência. **Rev. Ciênc. Ext.** v.12, n.4, pp.183-196, 2016.

SILVA, M. F. M.; MACHADO, A. V.; BARROS, D. S. L. Barreiras de acesso relacionadas ao processo de prescrição e dispensação de medicamentos em uma Unidade Básica de Saúde do Distrito Federal. **REAS.** Vol.13, n. 7, 2021.

SILVA, C. D. C. Por uma filosofia do medicamento. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. v. 20, n. 9 [Acessado 11 Novembro 2023], pp. 2813-2824, 2015.

SIQUEIRA, A. B. L.; MARTINS, R. D. Prescrição fitoterápica por nutricionistas: percepção e adequação à prática. **Vittale – Revista de Ciências da Saúde**, v.30, n. 1, pp. 72-83, 2018.